

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



Violência contra mulheres, Lei Maria da Penha, Relação abusiva, Proteção à mulher

Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Julia Soares Faustino De Freitas

Eliomar Silva Albernaz

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - BELO HORIZONTE

Introdução

A violência doméstica pode ser compreendida como qualquer forma de agressão contra a mulher dentro do espaço familiar, doméstico ou em relações de intimidade, com a finalidade de subjugá-la e retirar-lhe direitos, aproveitando-se de sua condição de vulnerabilidade. Nem sempre essa prática foi reconhecida como um grave fenômeno social, mas hoje se entende que ela afeta meninas e mulheres em todo o mundo, independentemente de idade, classe social, raça ou etnia. Seus reflexos ultrapassam a esfera individual, alcançando a saúde pública, já que impactam tanto a integridade física e psicológica das vítimas quanto o equilíbrio da sociedade. A violência funciona como um instrumento de dominação, reduzindo a liberdade e a dignidade da mulher. Nesse contexto, muitas vítimas sofrem queda de autoestima, ocultam os episódios vividos e enfrentam dificuldades para romper com o ciclo de violência.

Objetivo

Reconhecer a violência doméstica contra a mulher como crime e evidenciar as medidas necessárias para preveni-la, combatê-la e punir seus autores. Busca-se compreender suas diferentes manifestações — física, psicológica, sexual, patrimonial e moral — e orientar a respeito de como lidar com tais situações.

Material e Métodos

Nesse cenário, merece destaque a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, criada para fortalecer a proteção das mulheres vítimas de violência. Essa legislação inovadora estabeleceu que os casos de violência doméstica e intrafamiliar devem ser tratados como crimes, sob competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Tal marco jurídico ampliou de forma significativa os instrumentos de proteção, trazendo medidas de acolhimento emergencial, afastamento do agressor e suporte social e psicológico às vítimas, além de resguardar seus direitos patrimoniais e familiares.

Resultados e Discussão

A Lei Maria da Penha tem como propósito central assegurar proteção à mulher em casos de violência doméstica ou familiar que resultem em morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, bem como dano moral ou

VI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

ESTADO DE DIREITO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA AMBIENTAL



patrimonial. O sujeito passivo é sempre a mulher, enquanto o sujeito ativo pode ser tanto o homem quanto a mulher, desde que exista vínculo doméstico, familiar ou de afeto, ainda que não haja coabitacão. A legislação presume a vulnerabilidade da mulher nessas situações, de modo que qualquer lesão corporal, mesmo leve, cometida nesse contexto deve ser apurada por meio de ação penal pública incondicionada.

Conclusão

O presente estudo buscou analisar a violência doméstica como violação dos direitos humanos, com base em revisões e pesquisas relacionadas à Lei nº 11.340/2006. Constatou-se que a violência contra a mulher constitui crime, e a lei garante proteção integral, sem distinção de cor, classe, renda ou etnia. Assim, reafirma-se a importância de assegurar os direitos fundamentais das mulheres e de responsabilizar o agressor, garantindo segurança, dignidade e igualdade.

Referências

- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006.
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ALVES, Kênia de Souza. Curso de Direito. Leopoldina: Faculdades Unificadas de Leopoldina, 2022.
- SUPREMO Tribunal Federal – STF. STF vai decidir se Lei Maria da Penha protege mulheres fora de relações domésticas e afetivas. Brasília, 6 set. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-vai-decidir-se-lei-maria-da-penha-protege-mulheres-fora-de-relacoes-domesticas-e-afetivas/>. Acesso em: 8 set. 2025.